Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Veja bem

Após chamar de "desonesta" a entrevista do ministro Bruno Moretti na qual reclama da "esquerda sectária" crítica ao ajuste fiscal, o deputado Lindbergh Farias procurou contemporizar. Divulgou uma foto da reunião amistosa entre o titular da pasta do Planejamento e a bancada do PT. "Todas as divergências que apresentamos nesse debate é porque queremos que o governo do presidente Lula dê certo", escreveu o parlamentar petista.

Izalci na bronca

Enquanto os governistas trocam farpas em fogo amigo alto, a oposição não economiza nas críticas ao plano de ajuste fiscal. "O que o governo está fazendo, em vez de cortar na carne dele, está cortando na carne dos estados e dos municípios", ataca o senador Izalci Lucas (PL-DF). Ele apresentou três destaques ao texto. Um deles visa proteger os entes federados, que podem ficar sem receber até R$ 12 bilhões de repasses da União.

Castigo

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, não perdeu a chance de dar uma estocada no governo de Donald Trump. Com o visto negado para os Estados Unidos em agosto de 2025, Padilha comentou o agravamento do sarampo nos Estados Unidos. Com mais de 5 mil casos confirmados e seis mortes de pessoas não vacinadas, o país da América do Norte perdeu o certificado de região livre do sarampo.

Negacionistas

Padilha aproveitou para lembrar o flagelo semelhante que ocorreu no Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro. "Quando tivemos um negacionista governando o Brasil, tivemos uma situação ainda pior. Em 2019, chegamos a ter 21 mil casos e 16 mortes", conta o ministro em vídeo divulgado nas redes sociais. "Felizmente, o Lula voltou e em 2024 recuperamos o certificado (de país livre do sarampo", finalizou Padilha, ressaltando a arma mais poderosa contra a doença contagiosa: a vacina.



O novo governo de olho em 2030

Finalmente o presidente Lula deu início às conversas para definição da equipe ministerial de seu quarto mandato. A primeira tarefa será acomodar os aliados — eleitos ou não — em pastas relevantes como Fazenda, Casa Civil e Segurança Pública. Assim como ocorreu na formação do governo Lula 3, o que se vê até aqui é a movimentação de integrantes do PT ou do PSB, sem sinais evidentes de participação de outras legendas na montagem da Esplanada.

Há um fator que deve — ou deveria — pesar no desenho ministerial: a sucessão de Lula em 2030. Não há como o escolhido enfrentar uma candidatura de direita sem exercer um bom trabalho na admnistração petista que se inicia em 2027. E inevitavelmente o sucessor de Lula estará ligado ao sucesso — ou fracasso — da política econômica pelos próximos anos.

A julgar pelo tensionamento em torno do plano de ajuste fiscal, com aprovação prevista para esta quarta-feira no Congresso, será preciso muita conversa para montar um governo competitivo em um cenário sem Lula e com diversos expoentes da direita em campanha permanente.

No vermelho

A distribuidora Enel São Paulo poderá perder a concessão de energia elétrica na capital paulista e em municípios da região metropolitana. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formou maioria, ontem, para recomendar o encerramento do contrato. Após avaliar histórico de falhas no fornecimento, a autarquia considerou insuficientes as medidas apresentadas pela empresa para corrigir os problemas. Em oito anos, a Enel acumulou R$ 320 milhões em multas.

Dinheiro verde

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) ganhou novas adesões com a COP31. O Canadá anunciou um aporte de US$ 400 milhões nos próximos quatro anos, reforçando o fluxo de investimentos em favor da sustentabilidade. Até aqui, o TFFF recebeu US$ 8,3 bilhões. A meta é atingir US$ 10 bilhões este ano.

Limão

Após o mal-estar entre o Banco do Brasil e o agro provocado pelo recorde de inadimplência no setor, há quem queira virar a página. "O produtor rural quer pagar suas dívidas, mas não está podendo pagar agora. Ele precisa, sim, de um fôlego e está até esperando que os juros baixem para poder honrar seus compromissos", comentou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), Waldyr Promicia.

Está caro

Ontem, a associação lançou um estudo sobre os hábitos de consumo de frutas entre os brasileiros. Realizado entre agosto e setembro com 1.520 pessoas maiores de 18 anos, o levantamento mostrou que 34,7% dos entrevistados apontam os preços elevados como principal empecilho para o consumo.

Colaborou Francisco Artur de Lima

JUSTIÇA

Dosimetria volta ao debate

Motta e Alcolumbre pedem a Moraes que libere para o plenário do STF os processos referentes à lei que altera penas do 8/1

» RENATO SOUZA
» LUÍZA ALTOÉ

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), reuniram-se com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na manhã de ontem, para pedir ao magistrado que libere para avaliação do plenário os processos que tratam da aplicação da Lei da Dosimetria, aprovada pelo Congresso Nacional. Em maio deste ano, Moraes suspendeu a aplicação da lei, que previa a redução de pena dos condenados pelos ataques do 8 de Janeiro.

Em uma nota conjunta divulgada à imprensa, os presidentes das casas legislativas informaram que pediram ao ministro que libere as ações que tratam do tema para pauta. Na noite de ontem, ao ser questionado por jornalistas, o ministro Edson Fachin, presidente do Supremo, responsável pela pauta do plenário da Corte, afirmou que se ocorrer a liberação do tema por parte de Moraes, ele levará o assunto para julgamento do colegiado ainda neste ano.

"Os presidentes das duas Casas solicitaram ao ministro que libere as ações para inclusão na pauta do Plenário do Supremo, na expectativa de que o julgamento definitivo seja concluído ainda este ano", diz a nota conjunta divulgada por Alcolumbre e Motta. Durante o encontro, os presidentes ressaltaram a importância de uma decisão do STF sobre a validade da lei aprovada pelo Congresso Nacional. "O ministro Alexandre de Moraes ouviu atentamente os argumentos apresentados e informou que dará retorno sobre o pedido assim que possível", encerra a nota.

A lei altera o cálculo das penas e as regras de progressão de regime para os condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional, vetada pelo presidente Lula (PT) e teve seu veto derrubado posteriormente pelos parlamentares. No entanto, a lei não está em vigência desde maio, quando Moraes suspendeu cautelarmente a aplicação da legislação.

A decisão ocorreu no âmbito de pedidos de redução de pena dos envolvidos, após Moraes entender que não poderia julgar essas solicitações enquanto o Plenário da Corte não julgasse a constitucionalidade da lei. Há duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 7966 e 7967), ajuizadas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo PSol-Rede.

Saulo Cruz/Agencia Senado



Motta e Alcolumbre: movimentação no STF em favor de uma pauta muito cara entre os parlamentares

Mesa Diretora

O pedido dos presidentes ocorre também em meio às articulações pela recondução deles à Presidência da Câmara e do Senado, em uma sinalização à oposição por meio de uma de suas principais pautas neste ano. Entre deputados do PL, ainda não há acordo para apoiar a recondução de Motta ou lançar uma candidatura própria. No Senado, por outro lado, a oposição conta com duas candidaturas contra Alcolumbre.

O PL já lançou o nome do senador Rogério Marinho (PL-RN), e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) também quer se candidatar. No entanto, nos bastidores, há uma articulação entre partidos de esquerda, da base do governo, e de centro, para tentar barrar o PL na presidência da casa legislativa. Parlamentares dessas duas correntes também tentam atrair siglas de direita, por meio do argumento de que o crescimento do PL, considerado mais radical, ameaça a existência da direita tradicional e considerada mais moderada. O movimento dos bastidores começou logo após o primeiro turno das eleições, em meio ao avanço expressivo do Partido Liberal entre as cadeiras do Senado.

REGULAÇÃO DIGITAL

O papel do Cade nas plataformas

A Câmara dos Deputados adiou a análise do projeto de lei que estabelece a regulação econômica das plataformas digitais. O relator, deputado Aliel Machado (PV-PR), segue discutindo o texto com as bancadas partidárias e deve apresentar um novo relatório com mudanças. "É importante registrar que o deputado irá comigo para um Congresso Internacional em Buenos Aires amanhã (hoje), então imagino que a matéria não seja levada ao Plenário essa semana, até porque ele também precisa terminar de dialogar com todas as bancadas. Definiremos a data certa da pauta após essas conversas que o relator está realizando", disse Motta.

O tema é prioritário para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vem defendendo a necessidade de regulamentação das big techs, principalmente após os casos de interferências dessas empresas nas eleições brasileiras de 2026. O projeto foi enviado pelo Executivo em setembro de 2025 e tem urgência aprovada, possibilitando sua votação diretamente em plenário.

Entre as mudanças discutidas, está um dispositivo que reforça que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) não poderá fazer moderação de conteúdos veiculados no ambiente digital. O dispositivo é uma resposta à insatisfação das bancadas partidárias, que apontam na matéria censura e um risco à liberdade de expressão. A ideia do relator é, portanto, adicionar um trecho ao relatório que evidencie que o Cade não deve analisar, filtrar e organizar conteúdos veiculados nessas plataformas.

Outra mudança sinalizada pelo relator diz respeito à forma de enquadramento das empresas como agentes de relevância sistêmica, atendendo a um pleito do setor produtivo. Na prática, a alteração reduz o conjunto de empresas que deverão cumprir as regras do Cade. A primeira versão do relatório previa que a empresa poderia ser enquadrada nessa categoria, mesmo que não atendesse aos seis critérios qualitativos estabelecidos no texto. Agora, a empresa terá de atender a pelo menos quatro dessas seis características, além de atingir um limite de faturamento apontado no texto.

Para além desses pontos, o texto trata da regulação econômica e da concorrência nos mercados digitais e das grandes empresas de tecnologia. O texto amplia os poderes do Cade contra práticas anticoncorrenciais e cria uma superintendência dentro do órgão, para analisar negócios no setor digital.

Atualmente, o Cade atua apenas após uma denúncia. Com o projeto, o Conselho poderá agir de forma preventiva, antes que as ações das empresas causem danos à concorrência. Vale ressaltar que sua atuação abrangerá empresas classificadas como agentes econômicos de relevância sistêmica. (**LA**)